

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ester Nogueira Lobato¹

Mylena Oliveira dos Santos²

Olávio Júnior Ventura Cavalcante³

Raimunda Lucina Marques Garcia⁴

Eulina Maria Leite Nogueira⁵

RESUMO

O artigo busca refletir sobre a educação inclusiva dentro do contexto educacional, procurando enfatizar a valorização desta modalidade de ensino, isso proporciona uma visão ampla a respeito da inclusão e o direito de usufruí-la de uma educação na perspectiva da contribuição para a vida de cada sujeito envolvido. Este trabalho busca apresentar alguns apontamentos teóricos e discussões a respeito da educação inclusiva, com objetivo de refletir sobre as dificuldades, as vantagens e os preconceitos ocorridos diante desta temática. A metodologia utilizada foi pautada na abordagem qualitativa, desenvolvemos a pesquisa bibliográfica e documental. A educação inclusiva não se restringe apenas as pessoas com deficiência, procura enfatizar métodos e situações de aprendizagem que valorize as diferenças que os estudantes apresentam em sua trajetória educativa. As escolas inclusivas são de fundamental importância para crianças portadoras de algumas deficiências bem como para as crianças dita “normais”. Contudo faz-se que a sociedade civil organizada esteja à frente da luta por educação com igualdade e equidade para todos, não só eles como a população, pois a educação é um direito de todos sem distinção de raça, cor, gênero e etnias.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Formação dos Professores.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida na disciplina de sociologia da educação que visava discutir como a educação inclusiva estava sendo desenvolvida no Brasil. Esse contexto, juntamente com as reflexões de alguns outros autores como Rosek (2000); Inglês, Maria Amélia. Et al (2014); Meneghetti, Ferrari (2013), que nos instigaram a refletir sobre a educação inclusiva.

Esse estudo apresenta, também, o preconceito e da discriminação com as pessoas com deficiência, o artigo vem mostrar como são diferentes as formas de educação desenvolvida com

¹ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, esternogueira54@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, omylena576@gmail.com

³ Graduando em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, olaviojunior06@gmail.com

⁴ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, lucina2000garcia@gmail.com

⁵ Professora orientadora: Docente Adjuvante da UFAM, eulinanog@hotmail.com

as crianças que são deficiente, outro fator é a formação dos docentes que, no geral, não é adequada para atender esses alunos, assim, não desenvolvem técnicas e métodos que sejam relevantes para facilitar na aprendizagem dos alunos que dependem de uma educação diferenciada. Esse tipo de educação deve ser planejado, de acordo, com as orientações da política educacional da educação inclusiva, valorizando a formação teórico-prática baseada na epistemológica da práticas avaliativas e provocações didáticas-pedagógicas da aprendizagem voltadas para esse público.

Esse é um tema que nos chama muita a atenção pelo fato dessas dificuldades estarem sempre presentes em nosso meio, que acaba passando despercebido por muitos, as dificuldades dos professores em sala de aula com alunos com deficiência e sem uma formação especializada ou com a falta de assistência pedagógica a aprendizagem dos alunos fica prejudicada, fazendo com que eles fiquem atrasados nas disciplinas por não terem a atenção especial que são necessárias.

Notamos o quanto a aprendizagem entre os alunos em uma sala de aula é diferenciada, muitos são olhados com outros olhos, por serem deficientes são considerados, na maioria das vezes, como pessoas incapacitados, inúteis, fragilizadas e debilitadas. Então, podemos notar o quanto o preconceito da sociedade prejudica na educação dessas pessoas. O objetivo principal da inclusão é proporcionar aprendizagem em momentos de integração para que as crianças se desenvolvam suas potencialidades e cresçam mais respeitadas, mais tolerantes e compreensivas, para uma convivência cada vez mais solidária.

A formação do professor se dá por meio de Curso de Licenciatura da Educação Especial sendo que a formação desse curso possibilita nas disciplinas ministradas elementos articuladores de teoria e prática para compreender as reais peculiaridades dos estudantes com deficiência. Além disso, existem formação especialização e formação continuada sobre essa temática. O professor do atendimento especializado deve conhecer a realidade dos alunos inclusos e desenvolver métodos para planejar suas ações juntamente com o professor responsável pela classe para que haja a construção do conhecimento.

A inclusão social vai muito além das leis, dos Projetos Políticos Pedagógicos, das ideias, do olhar de cada sujeito, do seu desejo, de seus sonhos, necessidades e dos espaços estipulados como regular ou especial. Portanto, para que o processo inclusivo se concretize como uma realidade educacional, a discussão deve ir além do sistema de ensino regular ou especial, transformando-o em sistemas de ensino de qualidade que atendam à diversidade de alunos que ali buscam seu conhecimento formal.

As escolas regulares necessitam mudar, todas sem exceção, no seu processo inclusivo dos alunos com necessidades especiais em seus espaços e conforme a sua demanda. Para isso, faz-se necessário o redimensionamento financeiro dos sistemas e instituições na implementação de serviços de apoio aos que possuem necessidades diferenciadas de aprendizagem e atendimento escolar. O professor é de fundamental importância na vida de uma criança e adolescente, pois ele irá contribuir para o papel educativo. O papel de cada profissional é auxiliar para que aconteça a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas e contribuir na formação do estudante incluso visando à sua autonomia na escola e fora dela.

A trajetória da educação inclusiva foi se constituindo ao longo da história da educação com um grande movimento mundial com lutas incessantes por uma educação inclusiva de qualidade, para que os direitos dos estudantes fossem concretizados, com determinações importantíssimas para a inserção das pessoas com deficiência nas escolas. A ideia é proporcionar o contato de uns com os outros nas suas individualidades, construindo assim, alternativas no espaço escolar e ações de respeito às diferenças com a participação ativa dos sujeitos, oportunizando a aprendizagem para a convivência e para a construção de uma sociedade respeitosa.

A principal ideia das escolas inclusivas é proporcionar aos alunos direitos iguais e equidade em suas condições. A inclusão escolar está vinculada à inclusão social que condiciona a uma série de fatores que compreendem desde a mudança de perspectiva das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, adotando uma flexibilidade no atendimento e nas singularidades da apropriação do conhecimento pelos estudantes, até a implantação de uma rede de apoios e serviços especializados juntamente com uma equipe pedagógica especializada.

O propósito da escola inclusiva é que todos os participantes da comunidade escolar sejam incluídos, tanto os que carecem de uma atenção especial em razão de dificuldades físicas ou mentais, quanto os que são entendidos como “normais”, mas que aprenderão a conviver com os demais. A inclusão não deve ser um processo que uniformize procedimentos metodológicos aplicáveis a um modo contínuo e homogêneo de necessidades educacionais especiais, pois a crença da singularidade do ser humano não pode prescindir do reconhecimento e da valorização das diferenças dos sujeitos no contexto escolar. Quando a escola aceita em seu ambiente, alunos com dificuldades de aprendizagem não significa que ela está garantindo aos mesmos o real acesso ao conhecimento. Em outras palavras, a inclusão na prática é diferente da que está descrita nos documentos. As escolas ainda não estão preparadas para que se possa oferecer acessibilidade de qualidade e apoio aos seus estudantes inclusos, pois aparentemente todos

podem pensar que inclusão sejam só salas adaptadas, banheiros, rampas e outros meios materiais de acessibilidade. Mas incluir é muito mais que isso, é possibilitar uma convivência pautada no respeito e valorização da convivência humana.

Como já anunciamos, este trabalho busca apresentar alguns apontamentos teóricos a respeito da educação inclusiva, com objetivo de refletir sobre as dificuldades, as vantagens e os preconceitos ocorridos diante da mesma, como apresenta nos tópicos a seguir.

METODOLOGIA

Segundo Chizzotti (1995, p.11), “a pesquisa investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem”. Contudo, a pesquisa só se realiza com a sustentação de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a aproximação ao objeto de estudo.

A metodologia é o percurso utilizada que orienta toda a pesquisa científica. Nesta pesquisa optamos por uma abordagem qualitativa, pois é importante perceber o outro nas suas várias concepções. “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT; SILVEIRA 2009, p. 32).

Nesta pesquisa utilizamos a pesquisa bibliográfica e documental. Considerando que “[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2002, p.44)”, isso nos ajudou na compreensão mais aprofundada sobre o tema. Pois, esse tipo de pesquisa é importante no sentido de inserir o investigador na produção científica já produzida sobre a temática.

De acordo com Gil (2002, p.62-3), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica, segundo o autor, e o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. Assim, a

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PÁDUA, 1997, p.62).

Esses procedimentos nos ajudaram na compreensão da problemática da educação inclusiva no Brasil e, possibilitaram a escrita desse artigo.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial a muito tempo vem sendo discutida por autoridades competentes, pois este assunto é muito importante que permeia a sociedade brasileira, além de grupos que defendem os direitos e possibilidades da pessoa com deficiência no Brasil. Infelizmente, para muitos, uma pessoa que tem alguma deficiência é considerada como alguém incapacitado, e inútil, sem capacidade de assumir qualquer função, pois o preconceito e a discriminação ocupam um grande espaço nesse contexto da diferença.

Com o desenvolvimento de estudos que demonstraram a necessidade de inclusão dos alunos com deficiência na escola, poderia possibilitar um maior desenvolvimento cognitivo desse aluno e melhorar o respeito e a solidariedade de toda a comunidade escolar, diminuindo assim, a discriminação e preconceito.

A escola é um dos espaços que mais tem influência na formação do cidadão, possibilitando uma convivência pautada no respeito às diferenças, procurando eliminar o preconceito, sem excluir os outros por serem “diferente”. A escola tem o papel fundamental para estabelecer uma educação ensinando a aceitar e respeitar o as diferenças, lutando pelo fim da desigualdade e o preconceito dentro das escolas e principalmente na sociedade, sempre procurando suprir as dificuldades e as necessidades dos alunos buscando fazer com que as crianças convivam e aprendam com a diferença.

As crianças com deficiências não precisam ser retiradas da sala de aula para irem para uma sala separada, até porque isso é uma forma de exclusão do próprio docente influenciando as demais crianças a praticarem a exclusão com as crianças com deficiência. É recomendável que esses alunos que dependem de uma educação especial sejam acompanhados de perto por profissionais especializados para ajudar no desenvolvimento do aluno.

Pensar uma sociedade inclusiva significa pensar os sujeitos na sua diversidade, dentro de uma formação que tenha como pressuposto o fato de que os fenômenos se constituem num determinado momento, são históricos, sociais, culturais, não existindo um referencial único, mas uma disposição para lidarmos com os diferentes fenômenos e para considerarmos todas as possibilidades da vida (ROZEK, S/D, p.6).

Uma sociedade inclusiva deve saber lidar com as diferenças, permitindo uma convivência de respeito, procurando reconhecer que as diferenças podem nos ajudar a melhorar a nossa condição humana.

Diante disso, ao se falar de educação inclusiva, faz-se necessário um esforço pedagógico responsável por estabelecerem estratégias ou novos métodos para que essas crianças possam

acompanhar os conteúdos e desenvolver a sua aprendizagem, assim, removendo esse pensamento de exclusão que consideram as pessoas com deficientes como pessoas incapacitadas.

Existem várias formas de entender a educação inclusiva e a formação de docente para a área através de tópicos, foi possível perceber que há muitos assuntos e discussões teóricas a serem tratadas, sobre as políticas de formação e educação inclusiva, porém nem sempre essas produções relatam experiências de práticas pedagógicas que promovam a inclusão.

Contudo, faz-se necessário que os governantes se comprometam por uma melhor educação com igualdade para todos, valorizando e possibilitando condições adequadas para o desenvolvimento educacional de todos os alunos, deficientes e não deficientes. Nesse contexto, a sociedade civil organizada deve ser responsável por cobrar desses governantes as ações e políticas públicas que garantam uma educação como direito de todos sem distinção de raça, cor, gênero e etnias.

A Constituição Brasileira, de 1988, prevê o direito Universal a educação em seu artigo 208. O Estatuto da criança e do adolescente, de 1990, garante o mesmo. Todos esses passos foram dados em direção a uma educação a que todos tenham acesso, independentemente de dificuldades físicas e intelectuais e de qualquer outra natureza. A partir desse princípio, observaram-se movimentos sociais em defesa dos direitos das pessoas com pessoas com deficiência, em praticamente todos os países ocidentais (FERRARI, MENEGHETTI, S/D, p. 03).

No ano de 1988 a Constituição Federal publicou em seu artigo 208 que a educação é um direito de todos. Outro marco legal é a Lei de Diretrizes e Base da Educação 9394/96 que garante uma educação de qualidade a todos os cidadãos brasileiros. Na prática, a realidade educacional não conseguiu oferecer uma educação com equidade para todos os brasileiros, principalmente, em relação a educação inclusiva.

O segundo professor deve conhecer a sua realidade dos alunos inclusos e desenvolver métodos necessários para planejar suas ações juntamente com o professor responsável pela classe para que haja a construção do conhecimento. Praticamente em todas as escolas brasileiras, a educação está presente com o Atendimento Educacional Especializado, trazendo para a sociedade a importância da formação de professores capacitados, pois é através deles que a educação vai evoluindo a cada dia, voltada para o ensino fundamental, sendo assim mesmo com toda a importância que os professores tem perante a sociedades, eles ainda não são valorizados de tal forma, então esse assunto precisa ser tratado e levado para discussões de política pública sérias e continuadas, a fim de resolver os problemas que destroem a educação brasileira, comprometendo seriamente o processo educativo desenvolvido nas escolas.

As escolas têm a obrigação de estabelecer uma educação de qualidade para todos, priorizando os alunos com deficiência e, desenvolvendo práticas pedagógicas na educação inclusiva.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação mesmo passando por muitas mudanças ao longo dos tempos, quando falamos de educação inclusiva sabemos que ainda é muito desvalorizada, as adaptações necessárias para que os alunos com deficiência se desenvolvam dentro da sala de aula não são as melhores, com essas dificuldades nas escolas é necessário que haja um novo projeto, através das políticas educacionais que podem desenvolver novas práticas pedagógicas que sejam relevantes, para que seja estabelecido na educação e possibilite o desenvolvimento de todos os alunos. “Não só no tocante à educação básica, essas discussões carecem de políticas públicas sérias e continuadas, a fim de resolver os problemas que assolam a educação brasileira” (INGLES, M. A. et al. 2014, p. 462).

A autora crítica à política pública pela desvalorização do trabalho dos educadores e, principalmente, a educação em escolas públicas que não oferecem condições de estrutura físicas, pedagógicas e administrativas para atender de forma adequada os alunos que necessitam de uma atenção especial, impedindo que eles se desenvolvam a sua aprendizagem e o seu conhecimento. A precariedade de condições do ensino prejudica o desenvolvimento da pessoa com deficiência, tornando a escola mais excludente do que uma escola de inclusão. Pois, “Os pontos que são determinantes para a efetividade de uma política de inclusão e disseminação de propostas educacionais, contribuam com o processo ensino-aprendizagem de alunos com deficiência e outras condições de desenvolvimento” (INGLES, M. A. et al. 2014, p. 462).

As políticas públicas têm como objetivo encontrar soluções ou métodos que sejam relevantes e, que exerçam vantagens na educação para alunos com deficiência ou dificuldades no desenvolvimento escolar, essas soluções que deveriam ser implantados nas escolas para facilitar na aprendizagem dos alunos, fazendo com que eles possam acompanhar os demais e desenvolvendo as suas habilidades.

O levantamento realizado teve como foco o período compreendido entre 2008 e 2013. Este período foi delimitado, levando em consideração os possíveis impactos que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pode ter trazido para essa discussão. Foram reunidos artigos e teses, mas em grande parte foram pesquisados artigos de programas de Pós-graduação credenciados e artigos publicados com seletiva política editorial, tendo como fonte única o portal de periódicos da Capes. O recorte

feito, a partir de 2008, considerou a literatura atualizada com as novas práticas voltadas para a formação do docente na educação especial (INGLES, M. A. et al. 2014, p. 463).

Nesse trabalho foram analisados diversos artigos para desenvolver novos métodos pedagógicos na educação inclusiva. Esses métodos são fundamentais para que sejam estabelecidas novas técnicas pedagógicas que sejam relevantes tanto para os educadores para que possam exercer em sala de aula, quanto para os alunos que são a prioridade para que não sejam prejudicados na construção do seu conhecimento, e que possam se adaptar com facilidade aos novos métodos, sentindo-se seguros para executar sua aprendizagem com a orientação e o acompanhamento dos profissionais qualificados.

Nas políticas da educação inclusiva os autores refletem sobre a educação e a formação dos professores, que são incluídas as concepções, as práticas pedagógicas e avaliações da aprendizagem. Também são questionados o projeto neoliberal, onde as instituições internacionais que financiam os programas para a educação brasileira. Envolvendo a educação inclusiva as dificuldades são encontradas principalmente na ordem financeira, assim a educação não exerce bons resultados, sendo que essas instituições cobram resultados positivos, geralmente, quantitativos (INGLES, M. A. et al, 2014).

Atualmente, as discussões sobre a educação inclusiva não devem ser tratadas apenas para as pessoas com deficiência, a educação inclusiva deve abordar a necessidade de aprender com a convivência são tratados de formas diferente.

Nas discussões e implicações dos estudos para futuras pesquisas, a educação inclusiva não é mais voltada apenas para crianças com deficiência, mas uma educação para todos. E essa educação não pode ser desvinculada das práticas pedagógicas, o professor que precisa buscar formação (INGLES, M. A. et al. 2014).

Portanto, é necessário que haja programas e/ou instituições para financiar os projetos para facilitar a aprendizagem, é necessário que haja profissionais competentes não só em salas de aulas, mas em hospitais, nos supermercados e, em qualquer outro lugar. É fundamental que os educadores possuam uma formação adequada que contemple a diversidade, a diferença e a possibilidade da convivência sem preconceito e discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, se o estado estabelecer novas formas de ensinos especializado que melhore, principalmente, a aprendizagem de alunos que apresentam mais tem dificuldades na aprendizagem. Novos métodos podem proporcionar uma melhoria na qualidade de vida de todos que frequentam a escola e da sociedade de modo geral.

Essas novas formas de conduzir o processo de aprendizagem podem transformar o ambiente educativo em um cenário onde as diferenças serão as melhores oportunidades de aprendizagem, pois poderá proporcionar aos seus alunos uma aprendizagem pautada no respeito às diferenças, sem discriminação e preconceito. Porque ser “diferente” não faz de uma pessoa incapaz, ou muito menos um inútil. Também é possível perceber que há muitos assuntos e discussões teóricas a serem tratadas, sobre as políticas de formação e educação inclusiva, porém nem sempre essas produções relatam experiências de práticas pedagógicas que promovam a inclusão.

Outro ponto crucial na educação inclusiva é a formação de professores, seja inicial ou continuada, a formação dos professores deve considerar que a escola não é um lugar homogêneo, a diversidade de condições, seja material, afetiva, cognitiva, física, sócia e outras estão presente no dia a dia da sociedade brasileira e faz-se necessário aprender na convivência com o diferente.

Este estudo mostra que apesar das muitas reflexões e discursões sobre a formação dos docentes e a educação inclusiva, ainda são poucas as práticas pedagógicas e métodos estabelecidas que possam ser envolvidos na inclusão. Assim, dificultando o método de ensino dos professores sem especialização dentro da sala de aula e, dificultando o desenvolvimento dos alunos. É necessário que haja projetos que possam incluir na educação, sejam elas públicas ou particulares, que valorize a diferença, quebrando principalmente a barreira da discriminação e do preconceito na sociedade.

As escolas inclusivas são de fundamental importância para crianças portadoras de algumas deficiências bem como para as crianças dita “normais”. Contudo faz-se que a sociedade civil organizada esteja à frente da luta por educação com igualdade e equidade para todos, não só eles como a população, pois a educação é um direito de todos sem distinção de raça, cor, gênero e etnias.

REFERÊNCIAS

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995

FERRARI, Rosinei Pedrotti; Meneghetti, Rosa Krob. **O segundo professor e os desafios da inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular**. S/D

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. (Educação a Distância, 5).

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas S/A, 2002.

INGLES, Maria Amélia. et al. **Revisão sistemática acerca das Políticas de Educação Inclusiva para a formação de professores**. Rev. Bras. Edu. Esp., Marília, v. 20, n. 3, p. 461-478, 2014.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchezine de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teóricoprática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

ROZEK, Marlene. **A Educação Especial e a Educação Inclusiva**: Compreensões Necessárias. S/D